



Informações Gerais

Entidade: Nucleos Instituto de Seguridade Social (01688)

Vigência: 10.08.2021 a 31.12.2026

Reunião do Conselho Deliberativo: **Aprovada na 198ª Reunião Ordinária, de 10/08/2021**

Modalidade do Plano de Benefícios: Contribuição Definida (*)

CNPB do Plano: nº 2021-018-65

Administrador responsável pelo Plano Básico de Benefícios: Paulo Sérgio Poggian

Meta de Rentabilidade: INPC + 3,26% a.a.

Mecanismo de informação da Política de Investimentos aos participantes: eletrônico

(*) O Plano de Contribuição Definida se caracteriza por contas individualizadas, tanto na fase de formação da poupança, como na de percepção do benefício, onde o participante acumula recursos através das suas contribuições, da patrocinadora e rendimento dos investimentos. Confere ao Participante uma renda de acordo com o saldo acumulado, recebendo o benefício por um determinado número de anos, cotas ou percentual do saldo, em conformidade com o regulamento do Plano.

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.661/2018, o administrador estatutário tecnicamente qualificado pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 35 da Lei Complementar nº 109/2001, é o Sr. Luiz Claudio Levy Cardoso, Diretor Financeiro do Nucleos, inscrito no CPF sob o nº 776.079.377-49, telefone para contato: (21) 2173-1489, e e-mail para contato: llevy@nucleos.com.br.

Administrador Responsável pela Gestão de Risco

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Resolução CMN nº 4.661/2018, o administrador responsável pela gestão de risco é o Sr. Luiz Claudio Levy Cardoso Diretor Financeiro do Nucleos, inscrito no CPF sob o nº 776.079.377-49, telefone para contato: (21) 2173-1489, e e-mail para contato: llevy@nucleos.com.br.

Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos

Em 22 de agosto de 2019 o Nucleos foi certificado com o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP.

A obtenção do Selo, a partir de criterioso processo de análise realizado pela Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Sindapp – Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social,



demonstra que o Instituto comprovou praticar os princípios e as obrigações contidas no Código de Autorregulação em Governança de Investimentos.

Trata-se de mais uma chancela de reconhecimento do alto padrão de governança do Instituto.

Introdução

A Política de Investimentos do plano de benefícios, administrado pela Nucleos Instituto de Seguridade Social, referente ao exercício de 2021, objetiva:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e nas Instruções Normativas da Previc nº 35, de 11 de novembro de 2020 e nº 1, de 21 de janeiro de 2019 e alterações posteriores.

A presente política de investimentos considera a modalidade do plano de benefícios e suas especificidades. Nesta constará as diretrizes de alocação.

Processo de Investimento

O Nucleos mantém segregadas as funções de *asset allocation* (macroalocação) e seleção de ativos (microalocação).

A gestão de macroalocação visa acompanhar as grandes tendências do cenário econômico e dos mercados, procurando analisar as implicações para o comportamento de grandes classes de ativos que sejam representativos das alternativas de investimentos no mercado. O foco é a classe de ativos, a saber: renda fixa, renda variável, estruturado, exterior, imobiliário e operações com participantes (empréstimos).

A gestão de macroalocação, considerada mais importante, fica sob a responsabilidade interna do Nucleos, enquanto a gestão de seleção de ativos é terceirizada e discricionária. Logo, as aquisições e alienações de ativos são efetivadas pelos gestores, sem qualquer interferência do Nucleos, observados os limites e as condições da Resolução CMN nº 4.661/2018, da Política de Investimentos, do Regulamento dos Fundos e demais normas em vigor e diretrizes inerentes às operações de investimentos.

A gestão da microalocação está voltada para as operações com ativos financeiros e mobiliários.

Os gestores externos são selecionados com base no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços” do

Nucleos. Esse manual descreve de forma detalhada não só como o Nucleos seleciona os seus gestores, mas também como os avalia. No que tange à rentabilidade, limites de riscos, entre outros parâmetros de avaliação, o Nucleos, de acordo com os objetivos alcançados, pode manter alocado ou resgatar os recursos dos mesmos.

Através da identificação de um determinado nível de equilíbrio entre o retorno dos investimentos e o grau de risco admitido, o Nucleos alocará os recursos visando:

- Maximização da rentabilidade dos investimentos, visando ao menos igualar a meta de rentabilidade do plano, a dado nível de risco;
- Gerenciar a liquidez necessária para pagamento das obrigações atuais e futuras do plano;
- Diversificação de estratégias de investimentos;
- Diversificação dos ativos.

Quando da implementação das operações, o Nucleos observa os seguintes passos:

- 1) Elaboração de estudo técnico (Parecer Técnico) realizado pela Gerência de Investimentos, objetivando subsidiar a análise e aprovação da Diretoria Financeira. Para tanto, são utilizados estudos de diversas fontes de informações e reuniões, sejam com nossos gestores ou consultores visando fundamentar a recomendação de investimento;
- 2) Apresentação do Parecer Técnico ao Comitê Consultivo de Investimentos – CCI¹, visando a apreciação prévia e recomendação sobre as propostas de competência decisória da Diretoria Executiva;
- 3) No caso de operações de investimentos de valores iguais ou inferiores a 2,00% (dois por cento), a decisão compete à Diretoria Executiva;
- 4) As operações de investimentos que envolvam valores superiores a 2,00% (dois por cento) dos recursos garantidores do plano de benefícios, inclusive para investimentos simultâneos, sucessivos ou complementares, cuja soma atinja esse limite, são submetidas pela Diretoria Executiva à aprovação do Conselho Deliberativo, na forma prevista no Estatuto do Nucleos. Além do estudo técnico (Parecer Técnico), elaborado pela Gerência de Investimentos, é encaminhado Parecer da Assessoria Jurídica; e
- 5) Após a aprovação da proposta, realiza-se a movimentação sugerida.

Quando do processo de seleção de gestores de recursos, o Nucleos observa os seguintes passos:

- 1) Apresentação realizada pela Gerência de Investimentos à Diretoria Financeira de todas as etapas constantes no Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços, objetivando subsidiar a análise e a decisão;

¹ CCI - Instância regimental que tem por objetivo assessorar tecnicamente, em caráter consultivo, o Conselho Deliberativo do Nucleos nas decisões relacionadas à gestão de investimentos dos planos de benefícios administrados pelo Instituto.

- 2) Apresentação ao Comitê Consultivo de Investimentos, visando a apreciação prévia e recomendação sobre as propostas de competência decisória da Diretoria Executiva;
- 3) Apresentação realizada pela Gerência de Investimentos à Diretoria Executiva, para a sua apreciação e aprovação;
- 4) Após a aprovação da operação sugerida, realiza-se o aporte no(s) gestor(es) / mandato(s) definidos;
- 5) Durante o primeiro ano de vigência dessa Política, dado o baixo volume inicial de recursos e a falta de conhecimento prévio da massa de participantes, o Nucleos utilizará a estrutura atual dos investimentos do Plano Básico de Benefícios (Plano BD) para alocar os recursos iniciais do Plano, sem necessidade de seleção de gestores.

Além da apresentação, é disponibilizado pela Gerência de Investimentos o “Relatório Gerencial de Processo de Seleção”.

Ressalta-se que o Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços é anualmente submetido à apreciação e aprovação pelo Conselho Deliberativo ou, a qualquer tempo, em situação extraordinária, caso a equipe de investimentos identifique algum ponto de melhoria nos processos de investimentos.

Quanto aos critérios de acompanhamento da carteira de Empréstimos a Participantes, os mesmos encontram-se descritos no Manual de Investimentos - Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços.

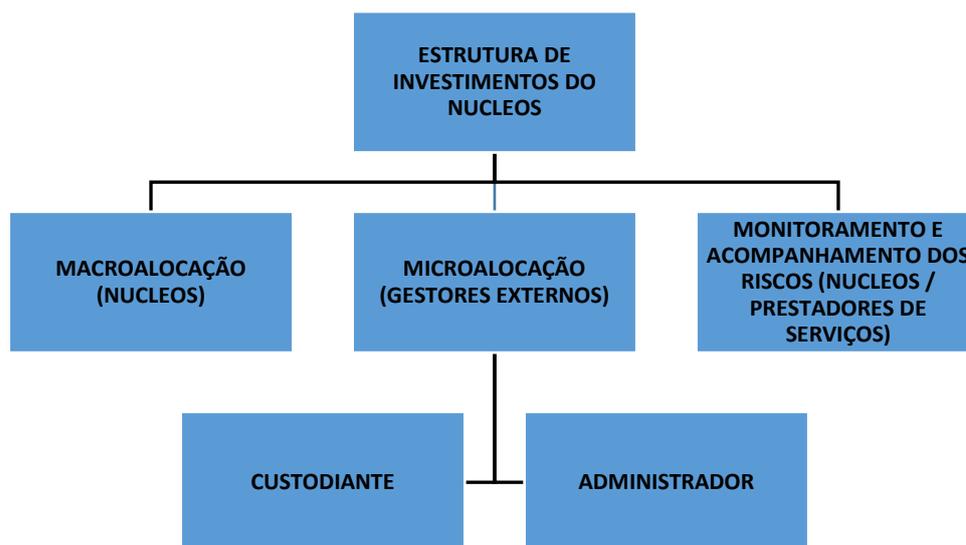
A definição das alçadas de cada instância que contemple o processo de investimentos está definida nos instrumentos de governança do Nucleos, tais como Estatuto, Regimento Interno, Política de Alçadas, nesta Política de Investimentos e no Manual de Investimentos, e pode ser resumida da seguinte forma:

Competências e Alçadas							
Descrição	Gerência de Investimentos (GIN)	Assessoria Jurídica (AJU)	Diretoria Financeira (DF)	Comitê Consultivo de Investimentos (CCI)	Diretoria Executiva (DE)	Conselho Deliberativo (CD)	Gestores Externos
Seleção de Gestores Externos	Seleciona		Seleciona e propõe à DE	Aprecia e recomenda	Decide		
Investimentos que envolvam valores igual ou inferior a 2% dos recursos garantidores	Elabora Estudo Técnico	Elabora Estudo Técnico	Aprova e propõe à DE	Aprecia e recomenda	Decide		
Investimentos que envolvam valores superiores a 2% dos recursos garantidores	Elabora Estudo Técnico	Elabora Estudo Técnico	Aprova e propõe à DE	Aprecia e recomenda	Submete à aprovação do Conselho Deliberativo	Decide	
Gestão de seleção de ativos (aquisição e alienação)							Gestão Discricionária

Todas as matérias relacionadas aos investimentos são levadas ao conhecimento do Comitê Consultivo de Investimentos. As manifestações desse órgão consultivo são registradas em ata de reunião, que é assinada por todos os membros no mesmo dia. As atas, pareceres e relatórios correspondentes às propostas e recomendações de investimentos, além de serem encaminhadas aos membros do Comitê Consultivo de Investimentos, são destinadas também ao Conselho Deliberativo, ao Conselho Fiscal e à Diretoria Executiva, entendendo que dessa forma o Instituto estará atuando de forma transparente, expondo a todos, com clareza, as informações relativas aos processos decisórios. Toda a documentação de suporte às decisões é devidamente armazenada.

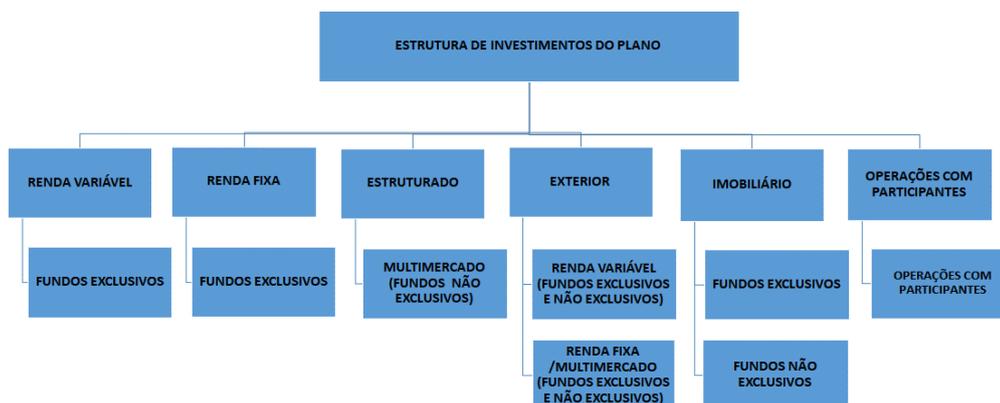
Na gestão dos recursos, o Nucleos conta com serviços de consultoria externa prestada pela Aditus, na área de risco/mercado, e pela MCM Consultores na área de macroeconomia. Embora essas empresas prestem serviços relevantes nas suas áreas de atuação, não estão diretamente envolvidas com a tomada de decisão de investimentos.

A seguir, estrutura de investimentos e fluxo do processo decisório de investimentos do Nucleos.



- ✓ A macroalocação é de responsabilidade do Nucleos. Para essa tarefa, além do uso da *expertise* interna, conta também com serviços de consultorias externas especializadas na área de macroeconomia e de mercado/risco. São também realizadas periodicamente reuniões presenciais e teleconferências com agentes do mercado financeiro. No tocante ao acompanhamento das decisões e avaliação de resultados, os órgãos estatutários e o Comitê Consultivo de Investimentos se valem de ferramentas como o Relatório Gerencial Diário - elaborado pela Gerência de Investimentos e o Relatório Gerencial de Investimentos, este de periodicidade mensal, preparado para a Reunião do Comitê Consultivo de Investimentos.

- ✓ A microalocação cabe aos gestores externos selecionados pelo Nucleos, com base no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços”.
- ✓ O monitoramento e acompanhamento dos investimentos é realizado com base nos diversos relatórios desenvolvidos, interna e externamente (gestores de



recursos, consultores da área de risco/mercado e econômica e agente custodiante/controlador). O Nucleos utiliza também o Sistema SIGMA e Matriz de Riscos que compreende seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos investimentos do Instituto.

- ✓ Com essa estrutura de investimentos, o Instituto entende que a segregação das funções de gestão, administração e custódia é suficiente para mitigar situações de conflito de interesse.
- ✓

Acompanhamento e Monitoramento dos Investimentos

Tão importante quanto os processos de macroalocação e de seleção de ativos é o de acompanhamento, monitoramento, observância dos limites e requisitos da Resolução CMN nº 4.661/2018, que são realizados com base nos diversos relatórios desenvolvidos, interna ou externamente (dos gestores de recursos, consultores da área de risco/mercado e econômica e agente custodiante /controlador).

Especificamente com os gestores de recursos, o monitoramento também se dá através de reuniões telefônicas / presenciais na sede do Nucleos, quando é convidado o gestor para participar da reunião mensal do Comitê Consultivo de Investimentos, oportunidade em que se discute cenário macroeconômico, estratégias, performance e riscos dos recursos sob gestão. Como procedimento mensal, a Diretoria Financeira e a Gerência de Investimentos realizam reuniões com o consultor de risco/mercado e, bimestralmente, com o consultor macroeconômico.

Quanto ao monitoramento dos riscos de investimentos, o Nucleos utiliza os dados e informações disponibilizados através do Sistema SIGMA para realizar tais controles. Cabe destacar, que o sistema citado possibilitará ao Nucleos ter uma ferramenta inovadora para o gerenciamento e controle de riscos dos investimentos em ambiente web por aplicativo.

Avaliação dos Controles Internos e da Gestão de Riscos

O Nucleos conta também com uma Matriz de Riscos, que compreende seus principais riscos corporativos. A metodologia empregada na Matriz é a RCSA – Risk and Control Self Assessment, onde os resultados refletem a percepção dos colaboradores do Instituto em relação aos riscos e controles. A implementação do processo de gestão de riscos e controles utiliza a arquitetura elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, e alguns dos componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração e o tratamento dos riscos dos processos da Entidade. O COSO Enterprise Risk Management – Integrated Framework em seu item 5, valida a metodologia qualitativa e a ferramenta de autoavaliação (impacto e frequência) de riscos e controles. Vale destacar que a metodologia utilizada pelo Nucleos está alinhada com a ISO 31000 / 2009, norma internacional que tem como objetivo fornecer princípios e diretrizes abrangentes, para auxiliar as organizações em suas análises e avaliações de riscos e com a ISO 9001/2015 que entre suas principais mudanças estabelece uma abordagem sistemática do risco. Além disso, o Nucleos utiliza o método ACBP© – Avaliação de Controles Baseada em Padrões©, por meio do qual é oferecido um conjunto de requisitos como base para a avaliação dos níveis de controle. Ao determinar um nível de padrão baseado em um conjunto de melhores práticas, o método ACBP© propicia a Entidade a oportunidade de comparar suas práticas de controle com padrões de mercado, identificando pontos de melhoria.

Cenário Econômico

Para o exercício desta política são construídos cenários macroeconômicos através das seguintes informações:

1. Expectativas divulgadas pelo Relatório FOCUS, utilizadas para o curto prazo;
2. Expectativas de mercado, para o médio e longo prazos;
3. Premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

As fontes de dados utilizadas no estudo são:

1. Sistema Econômica (séries históricas de indicadores);
2. Bloomberg (séries históricas);
3. Indicadores econômicos Bacen (projeções macroeconômicas);
4. Indicadores econômicos MCM Consultoria (projeções macroeconômicas);
5. Curvas de mercado da B3 Brasil Bolsa Balcão;
6. CVM (base de dados dos fundos).

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco.

Segmentos

Renda Fixa

Renda Variável

Multimercado Estruturado

Exterior

Imobiliário

Operações com Participantes

Acompanhamento do Mercado Financeiro

Ocorre a partir da atualização periódica de informações. Isso envolve o acompanhamento de toda a legislação referente às EFPCs e ao mercado financeiro, bem como o acompanhamento permanente das matérias veiculadas em jornais e periódicos especializados, participação em seminários, palestras e cursos direcionados aos profissionais da área, reuniões e contatos com consultorias e demais profissionais de mercado. Esses recursos têm por objetivo fornecer todo o suporte técnico necessário para o acompanhamento dos mercados.

A segunda etapa do processo inclui a elaboração de um relatório baseado nas informações prestadas pelo Custodiante/Controlador, Administrador, gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Aditus. O relatório é apresentado pelo menos uma vez por mês ao Comitê Consultivo de Investimentos, abordando a conjuntura macroeconômica, as tendências esperadas e indicadores de performance e

Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação					
Segmento de aplicação	Alocação	NUCLEOS		Res. CMN 4.661/2018	
	Estratégica	limite inferior	limite superior	limite inferior	limite superior
Renda Fixa	100,00%	24,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	70,00%
Estruturado	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	15,00%
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%
Exterior	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%
Renda Fixa / Multimercado	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	20,00%
· Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	20,00%
· FII e FIC FII	0,00%	0,00%	5,00%	0,00%	20,00%
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com Participantes	0,00%	0,00%	8,00%	0,00%	15,00%
· Empréstimos	0,00%	0,00%	8,00%	0,00%	15,00%
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

risco das diversas carteiras que compõem os investimentos do Nucleos. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

Utilização de Instrumentos Derivativos

A utilização de instrumentos derivativos é permitida desde que estritamente observados os limites e condições previstos na Resolução CMN nº 4.661/2018, com uso específico para proteção e posicionamento.

Considerando que a gestão da carteira de investimentos é terceirizada e discricionária, os administradores e os gestores externos dos Fundos de Investimentos do Instituto serão os responsáveis pela avaliação prévia dos riscos envolvidos, naquelas operações que julgarem necessárias.

Ao longo do exercício dessa Política de Investimentos, o Nucleos entendendo a relevância que o segmento de renda variável assumirá diante do cenário de baixa taxa de juros, poderá criar, de forma direta e indireta, estratégias de proteção de carteira. Assim, o Nucleos avaliará a viabilidade de utilização de proteção para a sua posição em renda variável. Tal análise levará em conta todos os preceitos legais já detalhados neste documento e deverá considerar, previamente:

- ✓ Análise de adequação do instrumento à carteira de renda variável, por testes de correlação e de Beta da carteira;
- ✓ Análise do prêmio do instrumento derivativo com base em modelagem matemática reconhecida pela literatura;
- ✓ Análise do comportamento do instrumento e da carteira em cenários de *stress*, positivos e negativos;
- ✓ Análise do custo *versus* a proteção oferecida, quando houver possibilidade de mais de um vencimento e de um preço-alvo.

Observação: para investimento de forma direta tais análises deverão ser elaboradas pela Gerência de Investimentos, apresentadas e aprovadas pela Diretoria Executiva, apreciadas e recomendadas pelo Comitê Consultivo de Investimentos e posteriormente aprovadas pelo Conselho Deliberativo, antes da execução da operação. De forma indireta, as análises ficam a critério dos gestores dos fundos de investimentos, cabendo ao Nucleos apenas o acompanhamento das operações.

Oferta pública de Ações

As operações que tenham como objeto a oferta pública de ações, advindas de operações estruturadas de abertura de capital de empresas, somente poderão ser adquiridas pelos gestores externos dos Fundos de Investimentos exclusivos até o limite máximo de 15,00% do patrimônio líquido de cada Fundo de investimento. Para tanto, este deverá apresentar ao Instituto a justificativa técnica de aquisição.

Vedação de Alocação de Recursos

São vedadas as alocações de recursos nos seguintes ativos:

Renda Fixa

Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; notas de créditos à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE); obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; certificados de recebíveis de emissões de companhias securitizadoras; FIDC, FIC de FIDC; títulos ou valores mobiliários não mencionados explicitamente no artigo 21 da Resolução CMN nº 4.661/2018.

Renda Variável

Títulos e valores mobiliários de emissão de sociedade de propósito específico (SPE); debêntures com participação nos lucros; certificados de potencial adicional de construção (CEPAC); certificações de reduções certificadas de emissão (RCE) ou de crédito de carbono do mercado voluntário; certificados de ouro físico.

Estruturado

Não serão permitidos investimentos em cotas de fundos de investimento em participações, em cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos em participações e em cotas de fundos de investimento em empresas emergentes.

Exterior

Cotas de fundos de investimento e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento classificados como dívida externa.

Imobiliário

Realizar investimentos diretos em terrenos e imóveis, nos termos do disposto na Res. CMN nº 4.661/2018.

Observação: as vedações supracitadas não se aplicam aos investimentos em fundos não exclusivos multimercados classificados no segmento estruturado, respeitado o disposto na Resolução CMN nº 4.661/2018.

Operações com Participantes

Financiamentos imobiliários.

Vedação de Operações de *Day Trade*

São vedadas as operações de *Day Trade* nos fundos exclusivos que compõem os segmentos de renda fixa e variável.

Observação: as vedações supracitadas não se aplicam aos investimentos em fundos não exclusivos multimercados classificados no segmento estruturado, respeitado o disposto na Resolução CMN nº 4.661/2018.

Vedação em Controle ou Participação em Acordo de Acionistas

É vedado exercer o controle ou participar de acordo de acionistas que tenha por objeto formação de grupo de controle de sociedade anônima, sem prévia e expressa autorização da patrocinadora e do seu respectivo ente controlador (Ofício Circular nº 108/2016 – MP do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais).

Rentabilidade do Plano e Segmentos de Aplicação nos 5 Exercícios Anteriores

O plano não contém histórico de rentabilidade.

Meta de Rentabilidade

ANO	Renda Fixa	Renda Variável	Estruturado	Imobiliário	Operações com Participantes	Exterior	Plano Consolidado
2021	2,56%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,56%

Observação: a meta de rentabilidade, estabelecida acima, considera projeção de INPC feita pela MCM Consultores para o período de setembro a dezembro de 2021, e não representa promessa de rentabilidade futura.

Avaliação dos Riscos - Metodologia e Critérios

No tocante aos riscos, o Instituto vem ao longo dos anos aprimorando os mecanismos de monitoramento dos investimentos, seja através de instrumentos e ferramentas desenvolvidas internamente, seja através do assessoramento por terceiros. Para tanto, além da própria Gerência de Investimentos, outras unidades organizacionais são envolvidas no processo de gerenciamento e monitoramento dos riscos. A Gerência de Controles Internos e Tecnologia administra a Matriz de Risco Organizacional que compreende todos os riscos mapeados pelo Instituto, inclusive os de investimentos. A Assessoria Jurídica, de forma preventiva, respalda no contexto legal todas as propostas de investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Além dos procedimentos descritos, visando mitigar o risco operacional na execução dos investimentos e visando o perfeito cumprimento dos contratos estabelecidos, a Gerência de Investimentos define o Acordo de Nível de Serviço – ANS, firmado com os gestores de recursos e consultores, além de outros controles. Adicionalmente, o Nucleos possui uma carteira de investimentos diversificada, o que permite a redução de riscos de várias naturezas.

A tabela abaixo objetiva dar maior detalhamento da atuação das unidades organizacionais envolvidas na identificação, avaliação e controle de riscos, com o registro de suas atribuições específicas.

Riscos	Registros de Atribuições			
	GIN	GSS	AJU	GCT
Mercado	Política de Investimentos, Sistema Sigma e Procedimento GIN 09 (Gerenciamento de Risco de Mercado)			Matriz de Risco
Liquidez	Política de Investimentos, Sistema Sigma e Procedimento GIN 06 (Gerenciamento de Risco de Liquidez)	Avaliação Atuarial		Matriz de Risco
Crédito	Política de Investimentos, Sistema Sigma e Procedimento GIN 07 (Gerenciamento de Risco de Crédito).			Matriz de Risco
Sistêmico	Política de Investimentos e Registros (atas) das reuniões com consultor macroeconômico, com o consultor de risco e mercado, com os gestores de recursos do Nucleos e outros, Participação em seminários e eventos, Acompanhamento das notícias pelos diversos meios de comunicação.			Matriz de Risco
Legal	Política de Investimentos, Sistema Sigma e Procedimento GIN 08 (Gerenciamento de Limites, Requisitos e demais disposições da Resolução CMN 4.661/2018).	Avaliação Atuarial e Estudo de Aderência	Parecer Técnico	Matriz de Risco
Operacional	Política de Investimentos, Acordo de Nível de Serviços - ANS e Questionário de Avaliação.			Matriz de Risco
Não Observância aos Critérios ASG	Política de Investimentos e Manual de Investimentos - Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços.			Matriz de Risco
Imagem	Política de Investimentos, Manual de Investimentos - Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços e Parecer Técnico do Grupo de Trabalho.		Parecer Técnico do Grupo de Trabalho	Parecer Técnico do Grupo de Trabalho

RISCOS DE INVESTIMENTOS

Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e *commodities*.

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do *Value at Risk* (VaR) e do *Benchmark Value-at-Risk* (B-VaR). Os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

Value at Risk

O VaR é uma medida utilizada para controlar e avaliar o risco de mercado, sendo definido da seguinte forma: Medida que demonstra, sob condições normais de mercado, a máxima perda esperada de um ativo ou carteira para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O cálculo do VaR considerará:

- modelo paramétrico;
- horizonte de tempo de 21 dias úteis; e
- intervalo de confiança de 95,00%.

Benchmark-VaR

O B-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele é entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno para o *benchmark* definido (índice de referência).

O cálculo do B-VaR considerará:

- modelo paramétrico;
- horizonte de tempo de 21 dias úteis; e
- intervalo de confiança de 95,00%.

O monitoramento dos investimentos no tocante à rentabilidade e ao risco, é feito separadamente para os diferentes mandatos, mensalmente, através do Relatório do Comitê Consultivo de Investimentos e dos relatórios desenvolvidos pela assessoria externa, de acordo com os parâmetros e limites descritos na tabela abaixo. Além disso, através do Relatório Gerencial Diário, elaborado pela Gerência de Investimentos, são disponibilizados aos órgãos estatutários e ao Comitê Consultivo de Investimentos, informações sobre rentabilidade e posição patrimonial dos fundos, bem como comentários de mercado.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO E CLASSES DE ATIVOS

Renda Fixa	Meta de Rentabilidade (benchmark)	Limite de Risco (BVaR)
<p>a) Mandato Multimercado Tipo de Gestão: ativa.</p> <p>Estratégia: fundos que podem adotar mais de uma estratégia de investimento, sem o compromisso declarado de se dedicarem a uma em particular.</p>	CDI + 1,00% a.a.	3,00%
<p>b) Mandato Caixa Tipo de Gestão: passiva.</p> <p>Estratégia: fundo de investimento que aplica 95% da carteira em títulos públicos federais de alta liquidez e tem por objetivo atender as necessidades de fluxo de caixa dos planos de benefícios do Nucleos.</p>	CDI	0,50%
<p>c) Mandato Crédito Privado Tipo de Gestão: ativa.</p> <p>Estratégia: fundos compostos essencialmente por títulos de crédito privado, podendo, contudo, alocar até 100% dos recursos em Títulos Públicos Federais.</p>	CDI + 0,80% a.a.	3,00%

Renda Variável	Meta de Rentabilidade (benchmark)	Limite de Risco (BVaR)
<p>a) Mandato Ativo Tipo de Gestão: ativa</p> <p>Estratégia: fundo de investimentos que tem como objetivo superar a rentabilidade do índice de ações do mercado (Ibovespa). Utiliza deslocamentos táticos em relação à carteira de referência para atingir seus objetivos.</p>	IBOVESPA + 2,00% a.a.	10,00%
<p>b) Fundo de Fundos Tipo de Gestão: ativa.</p> <p>Estratégia: fundos que podem adotar mais de uma estratégia de investimento, sem o compromisso declarado de se dedicarem a uma em particular.</p>	IBOVESPA +3,00% a.a	12,00%

Estruturado	Meta de Rentabilidade (benchmark)	Limite de Risco (BVaR)
<p>a) Fundo de Investimento Multimercado – Macro Tipo de Gestão: ativa Estratégia: fundo de Investimentos que podem atuar em diferentes mercados (renda fixa, variável, derivativos, exterior, etc) e possuem risco mais elevado em relação aos fundos tradicionais. Esses fundos podem efetuar operações de alavancagem, ou seja, aquelas que são realizadas no mercado de derivativos em busca de maiores ganhos para os investidores.</p>	<p>CDI + 2,50% a.a.</p>	<p>8,00%</p>
<p>b) Fundo de Investimento Multimercado – Long and Short Tipo de Gestão: ativa Estratégia: fundos de investimentos que se caracterizam por alocações em ativos e/ou derivativos de renda variável e mantêm, em sua carteira, posições compradas e vendidas objetivando neutralizar sua exposição aos riscos do mercado acionário. Porém, podem, em alguns momentos, manter alguma exposição aos riscos de mercado.</p>	<p>CDI +1,50% a.a.</p>	<p>5,00%</p>

Exterior	Meta de Rentabilidade (benchmark)	Limite de Risco (BVaR)
<p>a) Renda Variável Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Tipo de Gestão: Ativa. Estratégia: fundo ou fundo de fundos que tem por objetivo investir em ações de empresas no exterior, podendo adotar mais de uma estratégia de investimento (Valor, Dividendos, Bolsa Ativa, entre outras), sem o compromisso declarado de se dedicarem a uma em particular.</p>	<p>MSCI World (em reais)</p>	<p>12,00%</p>
<p>b) Renda Fixa / Multimercado Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Tipo de Gestão: Ativa. Estratégia Renda Fixa: A estratégia de renda fixa global contempla os fundos direcionados ao mercado de crédito privado, crédito de agências governamentais e títulos públicos de diversos países. Essa categoria tem como principais fatores de risco: os movimentos das taxas de juros individuais de cada país, variáveis macroeconômicas, e as variações das diversas taxas de risco de crédito dos países negociados (CDS – <i>Credit Default Swap</i>) e a variação cambial de cada país. Estratégia Multimercado: A estratégia de multimercado macro contempla os fundos (<i>hedge funds</i>) direcionados ao mercado global de investimentos, com diversas estratégias baseadas em teorias macroeconômicas. Essa categoria pode operar em diversos mercados e temáticas, tendo como principais fatores de risco: exposição a moedas, renda variável, crédito, movimentos das taxas de juros, exposição a derivativos diversos, e alavancagem operacional em estratégias direcionais e/ou <i>hedge</i>.</p>	<p>CDI + 2,50% a.a.</p>	<p>8,00%</p>

Imobiliário	Meta de Rentabilidade (benchmark)	Limite de Risco (BVaR)
<p>a) Fundos de Investimento Imobiliário Tipo de Gestão: ativa Estratégia: fundos de investimentos que investem acima de dois terços do seu patrimônio em recebíveis imobiliários ou em empreendimentos imobiliários que envolvem desde aquisições de terrenos até incorporação de imóveis, compra de imóveis e locação de imóveis. Estes empreendimentos podem estar em diversos segmentos do setor imobiliário, como comercial, corporativo, residencial, industrial e educacional.</p>	IFIX	NA
<p>b) Fundo de Fundos de Investimento Imobiliário (FICFII) Tipo de Gestão: ativa Estratégia: fundos que se caracterizam por investimentos em cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII)</p>	IFIX	NA

Observações:

- 1) A rentabilidade global é calculada através do método de “Cotização Adaptada”;
- 2) Não são estabelecidos limites de risco (B-VaR) para os fundos de investimentos não exclusivos.

Caso algum dos mandatos exceda o limite de B-VaR, cabe ao Nucleos notificar seus gestores externos sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada, em conformidade com o Acordo de Nível de Serviço.

Análise de Stress

1. Stress Test

A avaliação dos investimentos em análises de stress passa pela definição de cenários que consideram mudanças bruscas em variáveis importantes para o apreçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos. Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de stress não precisam apresentar relação com o passado, uma vez que buscam simular futuras variações adversas.

Sem prejuízo de outras simulações de valor futuro com cenários diversos, o controle de análise de stress será feito com base nos seguintes parâmetros:

- Cenário: B3
- Periodicidade: mensal

O modelo adotado para as análises de stress é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que ele pode gerar.

Apesar de o cenário de stress poder ser aplicado a cada segmento individualmente, a Entidade acompanhará os valores referentes à carteira total de investimentos, e complementarmente as análises de valor em risco com a análise de stress.

A Entidade entende que valores de perda de até 12% sejam normais para essa análise. Embora tal número não configure limite estrito, novas análises podem ser feitas quando houver extrapolação desse valor.

2. Monitoramento e Providências

Em razão de a gestão dos fundos que serão monitorados de acordo com os controles e limites aqui estabelecidos ser terceirizada, é necessário observar que eventuais descumprimentos de limite por parte dos gestores serão analisados caso a caso pelo Nucleos, assim como as providências a serem tomadas, podendo gerar a redução de exposição ou, até mesmo, a interrupção das operações.

Ainda com relação ao risco de mercado, o Instituto busca sua mitigação, também, através da diversificação por fator de risco e mandatos.

O monitoramento do risco de mercado também se faz com base na análise e avaliação da conjuntura macroeconômica, utilizando-se serviço de consultores externos, interação com os gestores e conhecimento interno.

Risco Sistêmico

O risco sistêmico pode ser definido como o risco de perdas, devido a alterações no ambiente operacional. Como exemplo, podemos citar o caso de uma instituição financeira que não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e, assim por diante, daí resultando um "efeito dominó", que pode levar ao colapso de todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia, que poderá levar a uma severa recessão.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos desenvolvidos pelo Banco Central do Brasil - Bacen, tais como o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED), que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

Em ocorrendo o colapso em questão, será elaborado um relatório de simulação de cenários para avaliação dos investimentos do Instituto, baseado nas informações prestadas pelos gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Aditus. O relatório será apresentado ao Comitê Consultivo de Investimentos e ao Conselho Deliberativo, abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

O Nucleos entende que a melhor forma para monitorar esse risco é através de análises internas dos eventos econômicos e de mercado, da realização de reuniões constantes com os seus consultores da área econômica, de risco, com os gestores externos contratados e outros agentes financeiros.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como risco de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários detidos pelo plano em seus diversos segmentos de aplicação nos mercados em que são negociados.

De forma objetiva, os critérios utilizados pelo Instituto para o acompanhamento e avaliação do risco de liquidez são: o indicador de liquidez por vencimento, o indicador *days to cash*.

Não obstante, em caso do Instituto se deparar com a necessidade expressa de realização de ativos, via de regra, acessará os mandatos por ordem de grau de liquidez, ou seja, aqueles que mais rapidamente são convertidos em caixa. Ressalta-se que a maior parte dos recursos está alocada em títulos públicos federais.

O Instituto, observando a necessidade de liquidez imediata, mantém um percentual mínimo de seus recursos totais, correspondente a 13 vezes o valor da folha de benefícios, em ativos de alta liquidez.

Risco Operacional

O risco operacional pode ser definido como uma medida da incerteza dos retornos dos investimentos do Instituto caso seus sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de evitar falhas humanas, danos à infraestrutura de suporte, utilização indevida de modelos matemáticos, ou produtos, ou alterações no ambiente de negócios. O Nucleos tem instrumentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, planejar, implementar, monitorar e controlar os riscos aos quais o Instituto está exposto, previstos no manual “GCT-PC 09 Controle de Riscos – Matriz Nucleos”.

Adicionalmente, na forma estabelecida no Acordo de Nível de Serviço firmado pelo Nucleos com seus gestores de recursos e prestadores de serviços de consultoria, em caso de práticas de comportamento ético duvidoso ou ocorrência de erros operacionais, o Nucleos deverá adotar as providências previstas no Acordo, que compreende, como medida mais severa, com relação aos gestores, o resgate total de recursos administrados e, para os demais prestadores de serviço, o encerramento do contrato.

Risco Legal

O risco legal pode ser definido como uma medida numérica da incerteza dos retornos de uma instituição, caso seus contratos não possam ser legalmente amparados por falta de representatividade por parte de um negociador, por documentação insuficiente, insolvência ou ilegalidade. O Instituto adota as medidas necessárias ao controle e à avaliação do risco legal envolvido na gestão de seus ativos.

Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada ao recebimento de um valor contratado/compromissado, a ser pago por um tomador de empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título, descontadas as expectativas de recuperação e realização de garantias.

No Instituto, as classificações de risco de crédito privado serão baseadas em classificações (*ratings*) estabelecidas pelas seguintes agências:

- Fitch Ratings
- Standard Poor's
- Moody's

Como Política de Investimentos, o Instituto somente irá adquirir títulos classificados como de baixo risco de crédito e que tenham sido avaliados por agência de classificação de risco em funcionamento no país.

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo papel de forma diversa, o Nucleos adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela que for mais conservadora.

Para o Instituto, são considerados como de baixo risco de crédito, os seguintes níveis:

Agência Classificadora	Ratings Considerados como Baixo Risco de Crédito		
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Fitch Ratings	AAA(bra)	AA(bra)-	A(bra)-, F1(bra)
Moodys Investor	Aaa.br	Aa3br	A3.br
Standard & Poors	brAAA	brAA- brA-1	brA- brA-2

Por ser terceirizada e discricionária a gestão de seleção de ativos, cabe ao gestor adquirir ativos de risco de crédito com base nos limites, *ratings* e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos e nos regulamentos dos fundos do Instituto, que consideram os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.661/2018. Além dessas observações, os gestores devem atender ao disposto no §2º do art. 78 da Instrução CVM nº 555/2014, no Ofício-Circular CVM nº 6/2014, no Ofício-Circular CVM nº 2/2010, e no Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento, que, em síntese, estabelece os procedimentos para as aquisições dos ativos financeiros e/ou valores mobiliários representativos de dívidas ou obrigações não soberanas (Crédito Privado).

Importante ferramenta, também, são as conferências mensais realizadas com os gestores, visando manter plena atualização sobre a situação econômico-financeira e demais informações relevantes das emissoras dos títulos.

Risco de Degradação da Qualidade do Crédito

Na eventualidade de algum mandato de gestão possuir ações de empresa que venha entrar com pedido de recuperação judicial ou degradação de crédito após a aquisição do ativo, o fato será objeto de comunicação à Diretoria Financeira que submeterá à Diretoria Executiva, propondo a providência a ser adotada. Posteriormente será dada ciência ao Comitê Consultivo de Investimentos e ao Conselho Deliberativo.

Risco de Desenquadramento

Apesar de todos os cuidados para que não ocorra nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente afastado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos devem ser observados para cada um dos tipos de desenquadramentos:

Desenquadramento Ativo

O desenquadramento provocado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, deverá gerar consequências, que poderão ir desde sua advertência formal até o resgate total dos recursos investidos. Para tanto, o Instituto conta com os Acordos de Nível de Serviços formalizados com todos os seus gestores. O fato será objeto de comunicação à Diretoria Financeira que submeterá a



Diretoria Executiva, propondo a providência a ser adotada. Posteriormente será dada ciência ao Comitê Consultivo de Investimentos e ao Conselho Deliberativo.

Desenquadramento Passivo

O desenquadramento, provocado de forma passiva, deverá ser enquadrado dentro dos prazos definidos e em conformidade com a legislação.

Riscos de Não Observância aos Critérios ASG

A mitigação do risco de não observância aos critérios ASG se faz através dos processos de seleção de gestores, nos quais o Nucleos, baseado no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços” solicita aos participantes dos processos uma série de documentos que corroborem o alinhamento e engajamento à questão.

O processo de monitoramento desse risco é permanente e realizado através do acompanhamento de informações obtidas junto a várias fontes, como veículos de comunicação, relatórios e reuniões com os agentes do mercado financeiro nacional e internacional, bem como com o consultor de mercado e risco.

Risco de Imagem

Para avaliação e monitoramento do risco de imagem, o Nucleos observará gestores que:

- tenham sofrido sanções pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- cuja gestora e/ou sócios tenham citações reputacionais negativas nos veículos de imprensa;
- cuja gestora e/ou os sócios possuam processos judiciais em curso, envolvendo matéria relacionada à gestão de recursos.

No entanto, sendo identificada a existência de qualquer das situações acima elencadas, e havendo interesse justificado na participação da instituição/gestor no processo de seleção ou na sua manutenção como gestor de recursos, o Nucleos diligenciará para obter informações adicionais sobre as eventuais condenações, processos em andamento ou citações reputacionais negativas, inclusive questionando sobre os fatos e as eventuais providências adotadas. Todas as informações obtidas serão analisadas pelas áreas competentes e submetida à Diretoria Executiva que verificará se, diante das ocorrências identificadas, o gestor deverá ser excluído do processo de seleção, a fim de afastar o risco de imagem.

Apreçamento dos Ativos Financeiros – Metodologia ou Fontes de Referência

Investimentos nos Segmentos de Renda Fixa e Renda Variável

Os ativos que compõem esses segmentos seguirão os princípios gerais e políticas de marcação a mercado baseados no Código de Autorregulação para fundos de investimento e nas Diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA, as quais constam no manual de precificação de ativos utilizado pelo agente custodiante – Banco Bradesco S/A.

O Nucleos incentiva o uso de plataformas eletrônicas de negociação por parte de seus gestores externos, de forma a obter o máximo de transparência nas negociações de seus ativos financeiros.



A aquisição de títulos públicos e privados deve ocorrer preferencialmente através do mercado primário ou do mercado secundário eletrônico.

Todos os títulos e valores mobiliários do Instituto devem ser marcados a mercado, exceto aqueles em que a Diretoria Executiva fizer opção por carregar até o vencimento, suportado em estudo técnico, com apreciação e recomendação do Comitê Consultivo de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo.

Empréstimos aos Participantes

Somatório dos saldos devedores atualizados, de acordo com as regras estabelecidas nos respectivos contratos de mútuo.

Operações Realizadas em Ativos Financeiros ligados a Patrocinadora

A aquisição de ativos de emissão da patrocinadora ou a empresas a ela ligadas está limitada a 10% (dez por cento) dos investimentos totais do plano de benefícios, conforme disposto no Capítulo VI da Resolução CMN nº 4.661/2018.

Responsabilidade Socioambiental

Responsabilidade socioambiental é a responsabilidade que uma empresa ou organização tem com a sociedade e com o meio ambiente, além das obrigações legais e econômicas.

Como as decisões de seleção de ativos encontram-se sob gestão terceirizada e o Instituto possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta Política de Investimentos, os princípios socioambientais serão observados, sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

Com o intuito de buscar maior alinhamento com os princípios socioambientais, foi incluído no processo de seleção de gestores, quando da análise qualitativa, o quesito observância aos critérios ASG (Ambientais, Sociais e de Governança).

O Nucleos entende que, dessa forma, estará colaborando para uma maior disseminação do tema junto ao seu público estratégico.

Violações da Política de Investimentos e Regulamentos dos Fundos de Investimento

Os gestores de recursos de fundos exclusivos contratados devem realizar a gestão dos ativos, conforme a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na Política de Investimentos do Nucleos, nos Regulamentos dos seus fundos de investimentos e nos Acordos de Nível de Serviço - ANS estabelecidos.

No caso de cometerem falhas por falta de observância à legislação vigente e às restrições e diretrizes contidas na Política de Investimentos do Nucleos e nos Regulamentos dos seus fundos de investimento, esses gestores poderão perder a gestão do fundo, sem prévio aviso e sem prejuízo de quaisquer responsabilidades que lhes possam ser atribuídas.

Na hipótese de ocorrência de uma das violações abaixo listadas, a Gerência de Investimentos deverá comunicar imediatamente à Diretoria Financeira, que submeterá à apreciação da Diretoria Executiva, propondo as providências a serem adotadas,

independentemente das medidas contra o custodiante/controlador previstas em contrato:

- não realizar a gestão dos ativos da Entidade, conforme a legislação em vigor e as restrições e diretrizes contidas na Política de Investimentos do Nucleos e nos regulamentos dos seus fundos de investimentos;
- ausência de administração ética e transparente;
- registros de situações de conflitos de interesses;

Posteriormente é dada ciência ao Comitê Consultivo de Investimentos e ao Conselho Deliberativo.

O Nucleos resguarda-se o direito de resgate e de destituição a qualquer momento por sua decisão exclusiva, tanto para os fundos exclusivos como para os não exclusivos.

No caso de investimento em fundos não exclusivos, o gestor está dispensado do aceite de exigências contratuais adicionais, uma vez que o Nucleos não detém o poder de impor restrições à sua gestão. Entretanto, assim como os fundos exclusivos, caso o gestor incorra em alguma violação à Resolução CMN nº 4.661/2018 ou qualquer outra norma da legislação que norteia os investimentos do Nucleos, estes também estarão sujeitos a penalidades, como resgates dos recursos.

Conflito de Interesse

Visando mitigar esse risco, de forma a evitar a influência de qualquer viés pessoal que possa qualificar Conflito de Interesse, o Instituto tem as suas decisões de seleção e avaliação dos prestadores de serviços baseadas, estritamente, no que determina o Manual de Investimento – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços e o Código de Conduta e Ética do Nucleos.

Além do mais, o Nucleos entende que um sistema de controle adequado é aquele que elimina a possibilidade de dissimulação de erros ou irregularidades e potenciais conflitos de interesses.

Assim sendo, os procedimentos destinados a detectar tais erros ou irregularidades devem ser executados, preferencialmente, por pessoas que não estejam em posição de praticá-los, seja na área de gestão, seja na área de controle.

A Resolução CMN nº 4.661/2018, em relação à resolução anterior, estabeleceu que a EFPC deve avaliar se a contratação de prestadores de serviços que pertençam a um mesmo conglomerado econômico possibilita a segregação das atividades de gestão, administração e custódia, de forma a mitigar os riscos envolvidos nas atividades. Quando da diligência realizada pelo Nucleos aos participantes dos processos de seleção de gestores, consideramos, entre outros aspectos, a segregação das atividades de gestão, compliance e gerenciamento de risco entre os principais atributos, pois, na visão do Nucleos, fica bastante mitigada a possibilidade de existência de conflito de interesse a partir da constatação de independência entre estas áreas.

Complementando, para consubstanciar a análise qualitativa, são solicitados aos participantes dos processos de seleção uma série de documentos, tais como o Código

de Ética e Conduta, Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas, Manual de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Não Financiamento do Terrorismo, Política de Investimentos Pessoais, Declaração de Pessoa Politicamente Exposta, observado o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. Dessa forma, é possível verificar o grau de excelência e a condição de satisfação frente às exigências específicas que estão dispostas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e, conseqüentemente, considerar mais uma camada de proteção contra potenciais problemas relacionados a conflito de interesse

Adicionalmente, as pessoas que participam, de forma direta, do processo de análise e decisão dos investimentos dos recursos do plano de benefícios administrado pelo Nucleos (membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, Comitê Consultivo de Investimentos e Gerência de Investimentos), e também de forma indireta (os gestores de recursos e prestadores de serviço de consultoria) deverão assinar declaração de ausência de conflito de interesses.

Planejamento da Política de Investimentos

O planejamento desta Política de Investimentos foi realizado com um horizonte de sessenta meses conforme legislação de regência. Revisões extraordinárias deverão ser realizadas sempre que houver necessidade de ajustes perante o comportamento da conjuntura macroeconômica e de mercado e/ou, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros do Nucleos.

Legenda

- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários
- CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar
- PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
- EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
- B3 – Brasil Bolsa Balcão
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE
- IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE
- IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário
- IMA – Índice de Mercado ANIBMA Geral
- IMA-B – Índice de Mercado ANBIMA atrelado aos títulos NTN-B
- IMA-B 5 – Índice de Mercado ANBIMA atrelado aos títulos NTN-B com vencimento de até 5 anos
- IMA-B 5+ – Índice de Mercado ANBIMA atrelado aos títulos NTN-B com vencimento a partir de 5 anos
- IMA-C – Índice de Mercado ANBIMA atrelado aos títulos NTN-C
- NTN-B – Notas do Tesouro Nacional série B atreladas ao IPCA
- NTN-C – Notas do Tesouro Nacional série C atreladas ao IGP-M
- IBOVESPA – Índice BOVESPA, divulgado pela B3 Brasil Bolsa Balcão
- IBrX – Índice Brasil, divulgado pela B3 Brasil Bolsa Balcão
- IDIV – Índice de Dividendos, divulgado pela B3 Brasil Bolsa Balcão



Política de Investimentos do Plano CD-INB



SMLL – Índice Small Cap, divulgado pela B3 Brasil Bolsa Balcão

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

FIP – Fundo de Investimentos em Participações

FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

FIC de FIDC – Fundo de Investimento em cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

VaR – *Value at Risk*

B-VaR – *Benchmark Value-at-Risk*

MSCI *World Index* – Índice Mundial Morgan Stanley Capital International

ANS – Acordo de Nível de Serviço

CRITÉRIOS ASG – Critérios Ambientais, Sociais e de Governança

SIGMA – Sistema de Informações Gerenciais de Mercado Aditus